



**ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois, às nove horas e doze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa, e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o Senhor Segundo-Secretário, deputado Herculano Borges, para proceder à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Bom dia, Senhor Presidente. Saudando Vossa Excelência, cumprimento os deputados Pedro Kemp, Amarildo Cruz, Paulo Duarte, Zé Teixeira, Capitão Contar e Evander Vendramini. Desejo a todos uma boa Sessão e uma boa semana. *"Ata da Sexagésima Sessão Ordinária da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e dois, às nove horas e doze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata número Sessenta e Nove da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 41 e 42/2022, do Poder Executivo; Ofício nº 15/2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ofícios nºs 433 a 435/2022, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 754/2022, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 1.171 e 1.176/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE – Usaram da palavra os deputados Herculano Borges, Pedro Kemp e Amarildo Cruz. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Herculano Borges, Barbosinha, Pedro Kemp, Amarildo Cruz e Paulo Corrêa. GRANDE EXPEDIENTE – Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA – Foi mantido o veto ao Processo nº 178/2021, veto parcial ao Projeto de Lei nº 141/2021, de autoria do deputado Marçal Filho. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 144/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 92/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini; Projeto de Lei nº 172/2022, de autoria do deputado Zé Teixeira. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria do deputado Barbosinha, endereçadas aos familiares de Wilson Rodrigues de França e Natalino Aparecido de Barros; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares: soldado Ana Paula Comar, cabo Renato Oliveira dos Santos, subtenente João Paulo Agüero Garcia, pelo reconhecimento ao interromper os abusos sexuais que ocorreram com uma menina de apenas doze anos de idade; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à Colônia Industrial Penal Paracelso de Lima Vieira Jesus; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à policial penal Thais Veloso Mansano;*



*requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao Batalhão de Choque da Polícia Militar e ao seu comandante pela operação realizada em Amambai; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao soldado da Polícia Militar, Eduardo Ziger, pelo resgate de uma mulher que estava em uma casa em chamas; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Amarildo Cruz, endereçada ao doutor Eduardo de Azevedo Larangeira, juiz substituto do Tribunal de Justiça no Estado do Rio Grande do Sul; requerimento de moção de repúdio, de autoria do deputado Gerson Claro, endereçada à tramitação do Projeto de Lei nº 6.485/2019, de autoria da senadora Katia Abreu, que “desobriga a frequência em autoescolas para a realização dos exames práticos e teóricos como condição para obtenção da CNH e garante nova destinação para os recursos arrecadados com multas de trânsito e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997”; indicações, de autoria dos deputados Amarildo Cruz, Lucas de Lima, Herculano Borges, Coronel David, Renato Câmara, Zé Teixeira, Lidio Lopes, Paulo Corrêa, Evander Vendramini e Barbosinha. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usaram da palavra os Deputados Barbosinha, Renato Câmara e Marçal Filho. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão Ordinária e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, sete de julho do ano de dois mil e vinte e dois”. Senhor presidente, foi lida a ata.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Zé Teixeira que proceda à leitura do expediente. Por favor, deputado.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Zé Teixeira - PSDB) — Bom dia, senhor presidente e nobres pares. Expediente da Sessão Ordinária do dia 12 de julho de 2022: Mensagem nº 43/2022, do Poder Executivo, encaminhando veto parcial ao projeto de lei, de autoria dos Deputados Marçal Filho e Evander Vendramini, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de disponibilização de espaço físico adequado de convivência e repouso aos profissionais de enfermagem nos estabelecimentos de saúde públicos e privados no Estado de Mato Grosso do Sul” (Prot. nº 26.174/2022); Ofícios nºs 376 e 534/2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, respondendo a indicações dos deputados Barbosinha e Marcio Fernandes (Prot. nºs 26.184/2022 e 26.183/2022); Ofício nº 1.368/2022, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, comunicando a Transferência de Recursos Financeiros (Prot. nº 26.221/2022); Ofício nº 80/2022, da Ordem dos Advogados — Seção Mato Grosso do Sul —, respondendo à indicação do deputado Amarildo Cruz (Prot. nº 26.223/2022); Ofícios nºs 926 e 929/2022, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul, respondendo a requerimentos do deputado Capitão Contar (Prot. nºs 26.225, 26.241/2022); Ofício nº 941/2022, da Secretaria de Estado de Governo de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 26.243/2022); Ofícios nºs 1.192, 1.193, 1.194, 1.198 e 1.199/2022, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, respondendo a indicações dos deputados Pedro Kemp, Jamilson Name, Marcio Fernandes e Lucas de Lima (Prot. nºs 26.169, 26.170, 26.171, 26.168, 26.167/2022); Ofício nº 6.508/2022, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Evander Vendramini (Prot. nº



26.178/2022); E-mails/2022, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações dos deputados Jamilson Name, Renato Câmara e Zé Teixeira (Prot. nºs 26.182, 26.180, 26.181/2022); Carta nº 275/2022, da TIM Telefonia, respondendo à indicação do deputado Amarildo Cruz. Senhor Presidente, foi lido o expediente (Prot. nº 26.165/2022).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Está inscrito o deputado Paulo Duarte. Deputado Capitão Contar, solicito que Vossa Excelência proceda ao dispositivo.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor Presidente e senhores deputados, quero apresentar uma indicação, encaminhando expediente aos senadores Nelsinho Trad, Simone Tebet e Soraya Thronicke, por cópias autônomas, para que os parlamentares somem esforços no sentido de priorizar a tramitação do Projeto de Lei nº 410, de 2019, que está no Senado Federal desde 2019, que equipara a neurofibromatose às deficiências físicas e intelectuais, para efeitos jurídicos em todo o País. Apresento essa indicação porque, recentemente, um projeto de lei que tramitava nesta Casa, do deputado Pedro Kemp, no sentido de colocar essa enfermidade na lista de doenças raras... E nós fomos obrigados — até por dever, por ser iniciativa do Congresso Nacional, do Poder Executivo federal — a arquivar na CCJR, mas, verificamos que há um projeto em tramitação no Senado. Então, hoje, encaminho este expediente para que se acelere e o deputado Pedro Kemp assina comigo esta indicação, para que se priorize a tramitação do Projeto de Lei nº 410/2019, que equipara a neurofibromatose às deficiências físicas e intelectuais, para efeitos jurídicos em todo País. A segunda indicação encaminha expediente ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia para o secretário de estado de Saúde, doutor Flavio da Costa Britto Neto, solicitando a construção de um centro de referência em doenças raras ou atenção especializada no município de Campo Grande. Era isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Inscrito, o ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, tenho uma moção de pesar em meu nome e em nome do deputado Amarildo Cruz, da nossa bancada do PT. Solicitamos à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos do guarda municipal e tesoureiro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, pelo seu falecimento ocorrido na madrugada do dia 10 de julho do corrente ano, vítima de assassinato durante a festa em que comemorava seu aniversário de cinquenta anos. A moção poderá ser assim redigida: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante das aspirações e ideais do povo sul-mato-grossense, por proposição dos deputados estaduais Pedro Kemp e Amarildo Cruz, aprova moção de pesar aos familiares e amigos do guarda municipal e tesoureiro do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Foz do Iguaçu, Marcelo Arruda, pelo seu falecimento ocorrido na madrugada do dia 10 de julho do corrente ano, vítima de assassinato durante a festa em que comemorava seu



aniversário de cinquenta anos”. Filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), sua festa de aniversário tinha como tema “O PT e a Esperança no Futuro” e tinha a alegria de um pai que acabou de ter mais uma filha. Uma pessoa movida por discursos de ódio e pela intolerância o ameaçou e depois atirou nele, que se defendeu e evitou uma tragédia ainda maior. Nossos sentimentos e solidariedade aos familiares, amigos e companheiros de Marcelo Arruda, vítima da intolerância, do ódio e da violência política. Que encontrem o consolo no exemplo deste que foi um profissional dedicado, esposo, pai amável e uma pessoa engajada na luta por democracia, justiça social, tolerância e paz. O processo democrático precisa ser defendido por toda sociedade, mas, em um ambiente harmônico, com respeito às diferenças ideológicas e, principalmente, pautado no ideais de uma sociedade livre, garantidora dos direitos fundamentais dos seus cidadãos. Não podemos permitir que este momento crucial para o futuro do nosso País seja transformado em um cenário de radicalismos, no qual imperam a intolerância e o ódio, além da banalização do uso de armas que podem ceifar vidas”. Era isso, Senhor Presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Bom dia, senhor presidente, colegas deputados e todos que acompanham a nossa Sessão. Quero apresentar, senhor presidente, uma indicação. Requeiro à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Valter Benedito Carneiro Junior, diretor-presidente da Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul (Sanesul), solicitando providências para instalação de hidrômetros nos assentamentos São João e Mercedina. Corrigindo, na verdade o Walter está afastado, a minha assessoria não prestou atenção nisso. Aqui, ao vivo, vou fazer essa referência à doutora Marta, que é a presidente da Sanesul, já vai corrigido e encaminhado devidamente, senhor presidente. Quero também fazer uma indicação ao governador Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao senhor secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, conforme o que se segue. Considerando o ato de posse a oitenta e nove novos delegados da Polícia Civil de Mato Grosso do Sul; considerando as tratativas com o secretário de estado de Justiça e Segurança Pública junto com os integrantes de defesa do movimento negro organizado de nosso estado; considerando o pedido de inclusão — na grade curricular dos cursos de capacitação dos servidores da Justiça e Segurança Pública — de disciplinas com vistas à criação e implementação de uma Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância Religiosa (Decradi); considerando a realização da Aula Magna ocorrida nas dependências da Acadepol, ainda durante a formação dos novos delegados, conforme orientação da Secretaria de Justiça e Segurança Pública; a presente indicação solicita providências para implementação da “delegacia especializada em repressão dos crimes raciais de homofobia e intolerância religiosa” [sic], a Decradi, em nosso estado. Senhor presidente, isso aqui é um rito que está se cumprindo. Desde o primeiro mandato, solicito que, a exemplo de outros estados, seja criada pelo menos uma delegacia de repressão e combate a crimes raciais e de intolerância religiosa em Mato Grosso do Sul. Agora por último, no ano passado ainda, o governador acenou com

essa possibilidade, pediu que eu entrasse em contato com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública. Entramos em contato com o secretário, reunimos todo o movimento negro organizado, as entidades que lutam com o combate ao racismo em Mato Grosso do Sul. Fizemos duas, três reuniões com o secretário e ele falou do andamento do processo de concurso de novos delegados. Para esses delegados, foi realizada uma Aula Magna e tratativa em disciplina, de preparo, para que eles, ao assumirem, pudessem desempenhar essa função e entender com profundidade a necessidade de combate a crimes raciais em nosso estado e assim foi feito. Foram várias reuniões com o secretário, foram realizadas com o governador, foi feito esse preparo junto aos delegados. Agora, os delegados foram empossados, então, acredito que estamos na fase final para implementar a primeira delegacia de combate a crimes raciais no nosso estado. Essa indicação é no sentido de reforçar esse pedido, uma vez que esses novos delegados foram empossados ontem pelo governo do nosso estado. Só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa – PSDB) — Agradeço. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos senhores deputados (*Cinco indicações e uma moção de pesar, de autoria do deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de Mato Grosso do Sul (Dnit), Euro Nunes Varanis Júnior, com cópia autônoma ao prefeito de Anastácio, Nildo Alves de Albres, solicitando providências para instalação de redutor de velocidade na BR-419, nas imediações da Escola-Polo Municipal Rural, no km 21, para preservação de vidas, no município de Anastácio (Prot. nº 02571/2022). Requeiro à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Walter Benedito Carneiro Junior, diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), solicitando a instalação de hidrômetros nos assentamentos São João e Mercedina (Prot. nº 02573/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao senhor secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, conforme anexos (Prot. nº 02574/2022). Requeiro à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à diretora-presidente da Sanesul, Marta Ferreira Rocha, solicitando providências para instalação de hidrômetros nos assentamentos São João e Mercedina (Prot. nº 02587/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, conforme anexo (Prot. nº 02582/2022). Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos de Rafael da Silva Faustino (Prot. nº 02572/2022). Um projeto de lei e uma moção de pesar, de autoria do deputado Antonio Vaz. Institui o selo “Empresa Inclusiva”, de reconhecimento às iniciativas empresariais que favoreçam à integração das pessoas com deficiência (Prot. nº 02566/2022). Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após



ouvido o Plenário, que seja enviada moção de aplauso ao Instituto Missão Indígena Uniedas (MIU) (Prot. nº 02565/2022). Cinco indicações e um requerimento, de autoria do deputado Capitão Contar. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando providências quanto às pichações na Praça Aquidauana, no centro de Campo Grande, com frases de apologia satânica, símbolos da anarquia, número relacionado ao crime organizado conhecido como PCC e de desrespeito ao presidente da República (Prot. nº 02567/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao diretor-presidente do Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando fiscalização e providências quanto à fuligem lançada por siderúrgica no município de Aquidauana (Prot. nº 02546/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do Município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Rudi Fiorese, solicitando a pavimentação do bairro Jardim Auxiliadora (Prot. nº 02547/2022). Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, senhor Marcos Montes Cordeiro, com cópias ao presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, senhor Geraldo José da Câmara Ferreira de Melo Filho, e ao superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, senhor Humberto Cesar Mota Maciel, solicitando, em caráter de urgência, a união de esforços, através de convênios e/ou parcerias, para a implantação de redes de captação e distribuição de água nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 02544/2022). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, senhor Rudi Fiorese, solicitando informações sobre o projeto de acesso às Moreninhas, por meio do prolongamento da Avenida Rita Vieira (Prot. nº 02569/2022). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional de Mato Grosso do Sul do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, senhor Humberto César Mota Maciel, solicitando informações sobre o levantamento, emissão e entrega dos títulos definitivos de propriedade dos assentados das áreas especificadas no anexo (Prot. nº 02544/2022). Cinco indicações, dois projetos de lei e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, com cópia ao comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor coronel Marcos Paulo Gimenez, solicitando que sejam intensificados o policiamento e as rondas ostensivas na região do Anhanduizinho, no bairro Guanandi II, nesta Capital (Prot. nº 02553/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário,



que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando, em caráter de urgência, o encascalhamento e patrolamento na rua Ipiranga, no bairro Guanandi II (Prot. nº 02554/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando o encascalhamento e patrolamento na rua Gurupi e região, no bairro Guanandi II (Prot. nº 02555/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do Município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a pintura e instalação de quebra-molas na rua Engenheiro Lutero Lopes, no Conjunto Residencial Aero Rancho, Núcleo IV (Prot. nº 02556/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópias ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a instalação de quebra-molas e faixas de pedestres em frente à Unidade Básica de Saúde da Família Doutor Nelson Tokuei Simabukuro, na rua Leonor Garcia Rosa Pires, no bairro Aero Rancho (Prot. nº 02557/2022). Projeto de lei que altera a Lei nº 170, de 28 de novembro de 1980, e dá outras providências (Prot. nº 02575/2022). Projeto de lei que assegura a todos os profissionais devidamente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil a possibilidade de realizar sustentação oral em recursos administrativos perante os órgãos de trânsito do Estado de Mato Grosso do Sul — Jari e Cetran (Prot. nº 02576/2022). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação aos policiais militares do Décimo Batalhão da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, sargento Renato Batista de Oliveira Stegun, soldado Elder Heredia Salas, soldado Peter Fischer Eimer Lassen e cabo Edmilson Pereira de Souza, pelo reconhecimento por evitar um furto no estacionamento do Shopping Norte Sul Plaza, no Bairro Jardim Jóquei Clube, no Município de Campo Grande (Prot. nº 02552/2022). Cinco indicações, de autoria do deputado Evander Vendramini. Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário municipal de Educação de Jaraguari, Odil de Souza Brandão, com cópia ao prefeito de Jaraguari, Edson Nogueira, solicitando um estudo de viabilidade para reabertura da escola municipal do assentamento Vale Verde (Prot. nº 02563/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário municipal de Infraestrutura de Jaraguari, Cacildo Emerson Souza Brasil, com cópia ao diretor-presidente da Energisa, Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a manutenção preventiva na rede elétrica da fazenda Santa Rosa até o assentamento Vale Verde (Prot. nº 02564/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul,



coronel Marcos Paulo, solicitando que seja promovido um reforço no policiamento rural na região do assentamento Vale Verde, em Jaraguari (Prot. nº 02562/2022). Indico à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, de acordo com as normas regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Infraestrutura, Renato Marcílio, com cópia ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Eduardo Rocha, bem como ao prefeito de Jaraguari, Edson Nogueira, solicitando o patrolamento e encascalhamento da via de acesso para a Fazenda Santa Rosa até o assentamento Vale Verde (Prot. nº 02562/2022). Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador do estado, Reinaldo Azambuja, com cópia à secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, solicitando a construção de uma escola estadual para atender a parte alta cidade de Corumbá (Prot. nº 02537/2022). Duas indicações, de autoria do deputado Felipe Orro. Indico à Mesa Diretora, nos termos regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, com cópia autônoma ao secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, solicitando estudo de viabilidade para a instalação de um posto da Polícia Militar na região do residencial Cristo Rei, no município de Anastácio (Prot. nº 02590/2022). Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, que seja encaminhado, com urgência, expediente deste Poder à prefeita do município de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópias autônomas ao diretor-presidente da Concessionária Águas Guariroba, senhor Themis Oliveira, bem como ao diretor executivo da Concessionária Águas Guariroba, senhor Gabriel Buim, solicitando providências com relação ao esgoto a céu aberto, relatado por moradores do Conjunto Residencial Cora Coralina, localizado na rua Eva Peron, no Município de Campo Grande (Prot. nº 02589/2022). Uma indicação e duas moções de congratulação, de autoria do deputado Herculano Borges. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Rudi Fiorese, solicitando encascalhamento e patrolamento na continuação da avenida Filinto Muller até a rua Pentecostes, no bairro Jardim Monte Alegre (Prot. nº 02538/2022). Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 da consolidação do Regimento Interno, que seja consignada moção de congratulação à paratleta Flávia Silvério Torquato de Lima, extensiva a sua treinadora, Andréia Cavalcante, pela convocação do Comitê Paralímpico Brasileiro para ser membro da equipe de atletismo, no período de 9 a 18 de julho de 2022, no evento "Frame Running Camp & CPISRA International Cup 2022", a ser realizado na cidade de Frederiksberg, na Dinamarca (Prot. nº 02539/2022). Requeiro, em conformidade com o que dispõe o artigo 173 da consolidação do Regimento Interno, que seja consignada moção de congratulação ao apóstolo José Edmilsom Mota de Oliveira, líder da Igreja Evangélica Comunidade Global (IECG), pelos trinta anos de dedicação ao ministério pastoral, sendo hoje um líder referencial para sua igreja em Campo Grande, para o estado de Mato Grosso do Sul e também para o Brasil (Prot. nº 02540/2022). Duas indicações, de autoria do deputado João Henrique. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada indicação à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao prefeito

municipal de Ribas do Rio Pardo, senhor João Alfredo Danieze, por cópias autônomas, solicitando encascalhamento, patrolamento e compactação do cascalho na estrada vicinal localizada entre os km 43 e km 45 da MS-040, especialmente entre os km 8 e km 10 da estrada vicinal supramencionada. Por oportuno, requer o envio de técnicos para um estudo na região, para o início de obra de alargamento da referida estrada (Prot. nº 02548/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Janine de Lima Bruno, com cópias ao senhor secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando, em caráter de urgência, a realização de estudo de viabilidade técnica para a instalação de instrumento adequado, com o objetivo de reduzir a velocidade dos veículos na rua Rotterdan, nº 540, no bairro Rita Vieira (Prot. nº 02586/2022). Uma moção de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, nos termos do que dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Ilda Salgado Machado, prefeita municipal de Fátima do Sul, com cópia ao senhor Emerson Cleber Mendes, presidente da Câmara Municipal, pelo sexagésimo oitavo aniversário do município, que será comemorado no dia 9 de julho de 2022 (Prot. nº 02550/2022). Uma indicação, de autoria do deputado Lucas de Lima. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Reinaldo Azambuja, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, solicitando, com a máxima urgência, a nomeação e envio de mais um delegado de polícia para atuar no município de Bonito, visto que o município é uma cidade turística com grande demanda em determinados períodos e conta, atualmente, somente com um delegado (Prot. nº 02542/2022). Projeto de lei que institui “O Agosto Azul e Vermelho” como mês da conscientização sobre a saúde vascular, e dá outras providências (Prot. nº 02541/2022). Duas indicações, de autoria da deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao senhor Renato Marcílio da Silva, secretário de estado de Infraestrutura, e ao diretor-presidente da Energisa/Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando a adoção de medidas necessárias à disponibilização, de modo isonômico, de energia elétrica aos moradores do desmembramento rural Alto da Mata, no município de Naviraí (Prot. nº 02592/2022). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, inciso VI, e do artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao senhor Renato Marcílio da Silva, secretário de estado de Infraestrutura, e ao diretor-presidente da Energisa Mato Grosso do Sul, senhor Marcelo Vinhaes Monteiro, solicitando que sejam adotadas as medidas necessárias para ampliação da rede e instalação de transformadores de energia elétrica no PA Boa Esperança, no município de Nioaque (Prot. nº 02591/2022). Duas indicações, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita do município de Campo Grande, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços



Públicos, solicitando a viabilidade de efetuar o recapeamento da rua Nelson Borges de Barros, no bairro Carandá Bosque (Prot. nº 02558/2022). Indico à mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao secretário de estado de Finanças, Luiz Renato Adler, solicitando a extensão do prazo do Decreto nº 9.918, de 23 de maio de 2000, alterado pelo Decreto nº 15.823, de 7 de dezembro de 2021, para que continue vigorando no ano de 2022 (Prot. nº 02559/2022). Uma indicação e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, prefeita do município de Campo Grande, com cópia ao senhor Rudi Fiorese, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando o patrolamento e encascalhamento da Travessa Itaim, na Vila Nasser (Prot. nº 02585/2022). Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que seja enviada moção de congratulação ao Tricampeão Estadual de Karatê Olímpico, Júlio Matheus Miranda de Camargo (Prot. nº 02560/2022). Uma indicação e uma moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Reinaldo Azambuja, governador do estado, com cópia à senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, secretária de estado de Educação, pleiteando as providências necessárias e urgentes para realização de reforma geral no prédio da Escola Estadual Professor João Pereira Valin, no município de Inocência (Prot. nº 02584/2022). Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao soldado da PMMS, Eduardo Ziger da Luz (Prot. nº 02583/2022). Duas indicações, de autoria do deputado Paulo Duarte. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente aos senadores Nelsinho Trad, Simone Tebet e Soraya Thronicke, por cópias autônomas, para que os parlamentares somem esforços no sentido de priorizar a tramitação do Projeto de Lei nº 410, de 2019, que equipara a síndrome de Von Recklinghausen (neurofibromatose) às deficiências físicas e intelectuais, para os efeitos jurídicos, em todo o País (Prot. nº 02580/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao governador do estado de Mato Grosso do Sul, senhor Reinaldo Azambuja, com cópia ao secretário de estado de Saúde, senhor Flávio da Costa Britto Neto, solicitando a construção de um centro de referência em doenças raras ou atenção especializada (Prot. nº 02581/2022). Um requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja agendada a realização de audiência pública no Plenário Júlio Maia, desta Casa de Leis, no dia 8 de agosto de 2022, das 13h30 às 17h, para tratar do tema “A Reforma Administrativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)” (Prot. nº 02551/2022). Três indicações, de autoria do deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando gestões visando à sinalização adequada na avenida Aracruz, com a pintura

de faixa de pedestres em frente ao número 1685 e indicação às rotatórias presentes em toda a sua extensão, no bairro Novos Estados (Prot. nº 02577/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, com cópia ao vereador William Maksoud, do Legislativo campo-grandense, solicitando gestões visando à abertura da avenida Toros Puxian, para o cruzamento com a rua Rio Bonito, bem como a instalação de semáforo no referido cruzamento, situado no bairro Vila Morumbi (Prot. nº 02578/2022). Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor João Eduardo Barbosa Rocha, solicitando, em caráter de urgência, a reforma da ponte de madeira localizada sobre o córrego Choradeira, na estrada vicinal que se inicia na MS-352 (coordenadas geográficas -19.721714, -55.146434), no município de Corguinho (Prot. nº 02579/2022). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o ilustre deputado Coronel David. Transferida. Com a palavra, o deputado Felipe Orro. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Evander Vendramini.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Vou falar.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O senhor vai falar?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Para sua felicidade.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Inscrito que está, Vossa Excelência está autorizado.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP – sem revisão do orador) — Senhor presidente, quero tecer alguns comentários sobre esse fato do tesoureiro do PT, lamentável o que realmente ocorreu, mas quero pedir a todos os colegas, e à nossa população de Mato Grosso do Sul, para não politizarmos. Vivemos momentos tenebrosos na nossa República, e um fato desses, realmente, é lamentável. A que ponto chegamos em um País... Eu não sei os detalhes, a motivação total, a polícia investiga para saber aquilo que ocorreu, mas temos que repudiar esse tipo de atitude de ambos os lados. Hoje, há uma divisão muito grande entre os petistas e os bolsonaristas, mas temos que ter uma discussão para o bem do País, acho que todo mundo quer, na verdade, o melhor para o País todo. Devemos evitar... Não devemos polemizar e politizar esse fato, que tem que ser tratado como um fato isolado, mas, sim, lamentar esse tipo de atitude. Peço que o País se una, nós somos de união, precisamos de que todos trabalhem pelo melhor, evitando esses conflitos que só denigrem a imagem do nosso País e, também, cria um ambiente hostil entre todos. Muitas vezes, o próprio vizinho, colegas de grupos de WhatsApp, passam por discussões desnecessárias. Eu acho que o voto de cada um é consciente, temos que avaliar todos os candidatos e votar naquele que achamos melhor. Mas viver em harmonia, eu acho que o exagero de ambas as partes, os extremos, é o que leva a esse tipo de fato lamentável que ocorreu. Um perdeu a vida e o outro foi baleado, algo

que poderia ter sido evitado, justamente no aniversário do rapaz. Então, lamento e repudio esse tipo de atitude e vamos, todos, trabalhar pela união, pela pacificação do nosso País. Outro assunto que eu queria trazer à pauta: estive, no fim de semana retrasado, lá em Dourados e participei da festa junina muito boa promovida pela prefeitura. Quero parabenizar o prefeito Alan Guedes e a população de Dourados pela grande festa. Tivemos um show do Almir Sater, em que mais de vinte mil pessoas participaram — um show muito bonito, uma festa muito bonita — e pude ver o carinho da população com o prefeito Alan Guedes, muito diferente do que ouvimos falar. Achei a cidade muito bonita, limpa, muito diferente do que ouvimos falar. Está sendo recuperada e quero dizer que o prefeito Alan Guedes pegou uma prefeitura com uma grande dificuldade das administrações anteriores — e não quero citar ninguém —, mas, quero dizer que a havia muitas licitações emperradas, muitos problemas administrativos e ele foi, aos poucos, colocando no eixo, tanto que recebeu da revista IstoÉ uma manifestação, uma matéria que aponta Dourados entre as melhores cidades do Brasil em gestão fiscal. O município foi reconhecido nas categorias: “Melhores Cidades dos Indicadores Fiscais”, “Indicadores Sociais na Saúde” e “Aplicação da Saúde e Educação”. O município de Dourados é destaque nacional no anuário com as melhores cidades do Brasil produzido pela revista IstoÉ e pela agência de classificação de risco Austin Rating e, de acordo com a classificação, a maior cidade do interior de Mato Grosso do Sul ocupa a vigésima terceira colocação com quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e oito pontos dentre todas as cidades do Brasil na categoria “As Melhores Cidades dos Indicadores Fiscais Gerais”. “Essa categoria mostra um apanhado da boa gestão fiscal do município, portanto, estando no grupo de 0,5% dos melhores municípios do País em gestão fiscal”, explicou o secretário de Fazenda, Emerson Cordeiro. Há menos de dois anos, Dourados começou um trabalho para alcançar a estabilidade fiscal e conquistou, pela segunda vez consecutiva, a nota A na Capacidade de Pagamento (Capag), avaliação realizada pelo Tesouro Nacional. Até 2020, o município era classificado com nota C, o que impossibilitava o acesso a investimentos, sejam eles privados ou públicos. Conseguiram, com muito trabalho e planejamento, devolver o equilíbrio fiscal ao município. Quando o Alan assumiu a gestão, o município não contava com reserva, tudo que era arrecadado no mês era usado para pagar as dívidas. “Temos compromisso com uma gestão séria e responsável”, destacou o prefeito Alan Guedes nessa reportagem da IstoÉ. A Capag leva em conta quesitos como capacidade de pagamento, gestão fiscal, transparência e governança para designar notas e os dados são utilizados pelo Tesouro Nacional para avaliar as cidades. Dourados ainda foi classificada nos “Indicadores Fiscais” ficando em décimo sétimo lugar dentre os municípios de grande porte e na avaliação da Capag foi classificada em vigésimo oitavo lugar dentre os municípios de grande porte. “O pagamento do salário do servidor em dia, e sempre que possível antecipado, além de estabelecer um bom relacionamento com o funcionalismo, traz segurança para e economia, fazendo com que a roda gire”, enfatizou o prefeito Alan Guedes nessa reportagem. Senhor presidente, a matéria da revista IstoÉ é extensa e elogiamos aquilo que vemos. A administração, a gestão e a gestão fiscal são o que vai dar condições de que o prefeito possa realmente alavancar o desenvolvimento da região, algo que já está acontecendo. Parabenizo o prefeito Alan Guedes e parabenizo a sua equipe por colocarem no rumo certo a cidade de Dourados, que é o maior município do interior de Mato Grosso do Sul e que muito nos

orgulha e está sendo administrado por um prefeito progressista. Era isso, senhor presidente, e agradeço a sua aquiescência com relação a minha fala e encerro as minhas palavras. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda no Grande Expediente, com a palavra, o deputado Amarildo Cruz. Deputado Paulo Duarte? Não, não, aqui é assim: pensou, já passei para frente. Faz uma reunião da bancada e quando vocês decidirem quem vai falar... Sim, senhor deputado Pedro Kemp, com a palavra no Grande Expediente. Vossa Excelência disporá de um minuto e meio vezes dez.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT- sem revisão do orador) — Senhor presidente, senhores deputados, em muitas ocasiões, ao longo dos mandatos que eu exerci na Assembleia Legislativa, fiquei pensando se eu deveria abordar determinado assunto e se eu deveria entrar em determinado debate, se eu deveria me manifestar diante de situações polêmicas para não me indispor. Às vezes chegava a pensar se não seria melhor ficar calado no meu canto e não me posicionar para evitar ser alvo de críticas e ataques por parte daqueles que não pensam como eu. Para mim, seria muito cômodo não me posicionar, assim não me indisporia com ninguém, ficaria amigo de todos e deixaria o barco correr, mas isso não combina comigo. Sinto que tenho o dever de consciência e um imperativo ético de me expressar para denunciar todas as situações em que a dignidade humana é atacada, todas as vezes que a violência fala mais alto do que a racionalidade e o respeito. Todas as vezes que uma vida é ceifada injusta e cruelmente e, aliás, em tempos de citações bíblicas na política, gostaria de citar duas passagens para dizer que Deus, adorado pelos cristãos, não aprecia quem fica em cima do muro e não toma posição em favor da verdade, da vida e da justiça. Em Mateus, capítulo cinco, versículo trinta e sete, nós podemos ler: “Seja o vosso falar sim, sim, não, não, porque o que passa disso é procedência maligna”. E no Apocalipse, capítulo três, versículo quinze: “Conheço as tuas obras, não és frio nem quente, oxalá fosses frio ou quente, mas, porque és morno, nem frio e nem quente, estou para vomitar-te da minha boca”. Fui eleito para ter um lado, para ter posição, para defender um projeto, para levantar bandeiras, para defender uma sociedade mais justa, mais igualitária, mais fraterna e mais solidária. As pessoas que me elegeram e me fizeram ocupar uma cadeira neste Parlamento exigem que eu ocupe a tribuna e fale por elas, que eu as represente aqui e seja porta-voz do que elas acreditam. Fui formado na luta em defesa dos direitos humanos e aprendi que o militante dos direitos humanos é como uma lâmparina. Aprendi que se essa lâmparina deixar que o óleo se acabe e não ilumine mais, a humanidade corre o risco de cair na escuridão total da barbárie. Portanto, todas as vezes que alguma pessoa tem a sua dignidade ferida, ou quando acontece alguma violação dos direitos fundamentais de alguém, sinto-me na obrigação de subir nesta tribuna e me manifestar, de externar a minha indignação de cobrar providências e exigir de quem é de direito a apuração dos fatos e a punição dos responsáveis. Hoje eu venho aqui para dizer que o nosso País está correndo sério período de deixar de ser uma nação democrática, fundada no direito, promotora da justiça e de mergulhar de vez no autoritarismo, no arbítrio, na intolerância e na violência manifestada nas suas mais diversas formas, desde a crueldade da fome e da miséria — talvez a pior de todas as violências, porque é silenciosa e joga as pessoas



na vergonha e no desprezo —, até aquelas formas mais visíveis e impactantes, que são o extermínio das pessoas. Esse final de semana foi demais, foi para encher a alma e o coração de indignação e de revolta. Domingo à noite, assistimos a uma reportagem em que um homem negro, porteiro em um condomínio, foi xingado de macaco, de negro fedorento e de imbecil. Foi esganado e ameaçado por um morador do prédio. Como não se indignar com uma cena como essa? Como não se perguntar até quando permitiremos a discriminação racial no Brasil? Fatos como esses ocorrem todos os dias. Até quando alguns se acharão superiores aos outros a ponto de agredir de forma tão repulsiva alguém por conta da cor da sua pele? Quando vamos enfrentar, de forma decisiva e corajosa, o racismo estrutural em nosso País? Ontem, o noticiário relatou o caso de um médico anestesista que estuprou uma mulher que estava em trabalho de parto. A investigação teve como ponto de partida denúncias da equipe de enfermagem do hospital, que filmou o anestesista colocando o órgão genital na boca da paciente quando ele estava participando do parto dela. Como pode um profissional de saúde praticar um crime hediondo como esse? Após submetê-la a um estado de inconsciência e sedação, em uma situação de extrema vulnerabilidade, enquanto estava ali para dar à luz a uma criança, em um momento especial... E eu diria até em um momento sagrado na vida de uma mulher... Até quando as mulheres serão vítimas do machismo e de comportamentos repugnantes como esses em nosso País? Uma mulher dando à luz a uma criança! Até quando o corpo das mulheres será visto como objeto e será violado no transporte coletivo, no ambiente de trabalho ou dentro da sua própria casa? Até quando as mulheres sofrerão violência física, psicológica, patrimonial e terão as suas vidas destruídas, mergulhadas na depressão e na falta de horizontes? Até quando este País vai conviver com o machismo, com o racismo, com a homofobia? Além desses casos lamentáveis e repugnantes, tivemos um acontecimento trágico e lamentável que nos alerta para os riscos que este País está correndo, hoje, de se afastar do caminho da civilidade e da convivência harmoniosa entre as pessoas, de perder tudo que, de positivo, nós construímos até hoje em termos dos valores democráticos. Na madrugada do sábado para o domingo, o guarda municipal e tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Marcelo Aluísio de Arruda, de cinquenta anos, foi executado em Foz do Iguaçu, no Paraná, após uma discussão política com o policial penal federal, Jorge José da Rocha Guaranhos. Aqui eu quero discordar do nobre deputado Evander Vendramini, que pediu para não politizar essa situação. Tratou-se de um crime de ordem política! Não podemos minimizar a situação. Não podemos achar que é uma situação menor. Após uma discussão política, o policial penal federal disparou a sua arma em direção ao Marcelo Aluísio! A festa de aniversário de Marcelo tinha como tema o PT e o ex-presidente Lula. Esse foi o motivo pelo qual foi assassinado! O policial penal parou o carro em frente ao local do evento e começou a xingar o PT e o Lula, e começou a exaltar o atual presidente da República. Em seguida, saiu e retornou, vinte minutos depois, com uma arma nas mãos e saiu atirando em direção ao Marcelo, que reagiu revidando os tiros. Esse fato não é um fato isolado, corriqueiro, sem importância, como quis classificar o vice-presidente Mourão: “É uma coisa banal, uma discussão entre pessoas”. É a materialização da intolerância política que permeia o Brasil hoje. As pessoas estão com medo, deputado Paulo Duarte, de colocar adesivo no carro. As pessoas estão com medo de dizer em quem elas vão votar nas próximas eleições. As pessoas estão com medo de se manifestar politicamente em um País que se diz democrático, por causa de extremismos e



situações como essa de pessoas inconsequentes, de fanáticos, de fundamentalistas, de ignorantes. Essa é uma banalização, ou melhor, essa é a consequência da banalização da liberação das armas, a pessoa compra uma arma dizendo que é para se defender e para praticar esporte, mas, na hora da discussão acalorada, ela vai até o carro e utiliza-se daquela arma para calar o seu interlocutor apenas por não concordar com as suas ideias. Esse crime é resultado dos discursos de ódio, do incitamento à violência, é mais um fato, dentre outros, que vem acontecendo e que está mergulhando esta nação em um clima de insegurança e de incerteza, principalmente neste período pré-eleitoral. Atos públicos, recentemente realizados com a presença do ex-presidente Lula, um em Minas Gerais, outro na Candelária, no Rio de Janeiro, que teve mais de cem mil pessoas, tiveram atentados. No primeiro caso, uma pessoa utilizou-se de um drone espalhando urina e veneno em cima das pessoas; no segundo caso, no Rio de Janeiro, o atentado foi com uma bomba caseira. O juiz federal Renato Borelli, que decretou a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro, acusado de corrupção no Ministério da Educação, de desviar recursos da Educação, de promover uma festa de propina com os recursos da Educação, esse juiz federal que decretou a prisão desse ex-ministro, em junho, teve o seu carro atingido por fezes de animais, ovos e terra em Brasília. E por aí vai. Violência é inaceitável na política. A política é o espaço do debate de ideias, é o espaço do confronto de projetos, é o espaço em que se debate ideologicamente aquilo em que se acredita e que se quer para o País.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Pedro Kemp, Vossa Excelência dispõe de dois minutos e meio.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não tenho condições de dar o aparte, senhor presidente, até porque tenho que concluir o meu discurso e o nosso Grande Expediente é de trinta minutos, pelo Regimento Interno, acho que o nosso Regimento deveria ser cumprido. Estou muito indignado com essa situação de sessões rápidas, de encurtamento de tempo, disso e daquilo. Acho que o nosso dever é estar aqui no Plenário da Assembleia Legislativa debatendo as coisas importantes para o País. Eu vou concluir o meu discurso. Desde a redemocratização do País, não vivíamos isso, situações como essa colocam em risco a democracia. Precisamos de respostas vigorosas por parte das autoridades constituídas nos três Poderes contra esses episódios lamentáveis que estão acontecendo. Olha que a campanha eleitoral nem começou e estamos tendo atentados e estamos tendo assassinatos de pessoas por conta da sua posição política. Nós precisamos de uma resposta contundente das autoridades nos três Poderes contra esses episódios, para que não se repitam e possamos escolher o futuro que queremos para nós e para nossos filhos com paz e harmonia. Eu ousou dizer que pessoas, hoje, estão empoderadas para agredir os outros por conta de uma orientação do seu líder político que, em 2018, na campanha eleitoral disse, no Acre: "Vamos exterminar a petralhada". E agora, ele que é um mentiroso, porque toda vez que ele fala um impropério desse, ele tenta desmentir, agora está dizendo que foi uma figura de linguagem. "Vamos exterminar a petralhada", o que significa dizer isso? Matar todo mundo que é do PT. Esse é o líder político desse rapaz

que foi lá, a uma festa de aniversário de um pai de família, de um trabalhador e o matou, porque a vítima era do PT.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permita-me um aparte? O senhor já passou dos dois minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não. Dias atrás, foram os assassinatos do jornalista Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, e o presidente disse que eles estavam fazendo uma aventura pela Amazônia. Defensores da floresta, defensores dos povos indígenas isolados, pessoas repletas de sentimentos de humanidade, de paixão pela vida, respeitosos da diversidade humana e da exuberância da natureza, foram mortos, queimados, esquartejados no seio da Amazônia, hoje entregue aos garimpeiros, madeireiros ilegais, traficantes de drogas e de armas. Enquanto isso, o Exército Brasileiro está preocupado com as urnas eletrônicas. O Exército Brasileiro, hoje, está preocupado com as urnas eletrônicas, enquanto a Amazônia está entregue aos bandidos, aos traficantes de armas e de drogas.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Aparte, deputado?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Acabou o tempo, presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Posso terminar o meu pronunciamento? Eu não vou conceder aparte.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Amarildo Cruz. Por favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O Grande Expediente é de trinta minutos. O Grande Expediente nesta Casa foi reduzido para quinze minutos, contra o Regimento.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não, não foi. Isso foi votado no Plenário. O Plenário é soberano.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não foi, não dá para falar contra o Regimento desta Casa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O Plenário é soberano.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Senhor Presidente, pela ordem. Gostaria de ceder meu tempo para o deputado Pedro Kemp.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência é o próximo inscrito e está cedendo seu tempo.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Agora vai me deixar falar, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — No final.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Que isso?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Termina às dez horas.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor falou que a política tem que ter um debate sério, tranquilo, mas o senhor não me permite debater com o senhor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor não é democrata.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor pode esperar mais cinco minutos, democraticamente?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Democraticamente, eu espero.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor quer defender o quê? Que Adélio? Um doente mental, que agiu por conta própria? Vocês querem jogar nas costas do PT, é esse o clima que vocês estão implantando em nosso País.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vou acabar com toda essa sua narrativa, só me permitir falar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah, deputado! Vem ameaçar aqui, o senhor vai acabar com o quê? Esse palavreado nojento que vocês usam de exterminar, de acabar.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor é mentiroso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vamos implantar a paz neste País.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor está mudando as palavras aqui, o senhor não vem querer me intimidar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor faz favor de esperar, eu não lhe concedi o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Se o senhor gritar, eu vou gritar mais alto que o senhor, o senhor não é mais homem do que eu.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Coronel David, por favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor Presidente...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Respeite-me!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quem não está me respeitando é o senhor! O senhor pode me ouvir? Depois defenda o que o senhor quiser, o que não tem defesa, e vai atacar o meu partido. O senhor vai dizer que meu partido roubou, que o presidente Lula é ladrão! Mostra onde está o dinheiro que o presidente Lula roubou, que vou fazer campanha para o seu presidente! Mostra, mostra as provas para o Sérgio Moro! Não dá para falar assim, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vou solicitar que seja garantida a palavra ao orador que ocupa a tribuna, nobre deputado Coronel David. Solicito que Vossa Excelência possa garantir a palavra para quem está na tribuna.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Que coisa! Que insistência! Já falei que vou conceder o aparte, que fale no aparte. Que insistência! É isso que estão querendo fazer em nosso País, implantar um espírito bélico, belicista. Enquanto pessoas de bem, pessoas maravilhosas, pessoas defensoras da vida, da floresta e dos povos indígenas estão sendo assassinadas e esquartejadas, o Exército Brasileiro está preocupado com as urnas eletrônicas! Que vergonha para o Exército Brasileiro, uma instituição que sempre foi respeitada, com exceção do período em que deu um golpe militar neste Brasil, com exceção desse período que manchou a nossa História. O Exército se prestar, hoje, a ficar preocupado com urnas eletrônicas! Querem criar um clima de instabilidade para já, antecipadamente, questionar o resultado das eleições, que vai ser um resultado desastroso para o atual presidente da República. Mas, não. Os generais estão querendo participar do processo de auditoria das urnas eletrônicas. Pelo amor de Deus! Que preocupação! Vai se preocupar com a Amazônia, que está lá, entregue aos bandidos. Aqui em Mato Grosso do Sul, mais um indígena foi assassinado pelas forças de segurança do estado. Mais um indígena... Certa vez, eu disse nesta tribuna, eu não vou falar “mais um indígena morreu”, porque ninguém presta atenção, ninguém leva em conta, ninguém dá importância. Tem que falar “uma pessoa humana morreu” e, mesmo assim, muitos não se comovem mais. Sabem por quê? Porque nós estamos nos acostumando com a violência, estamos naturalizando a morte, a morte violenta das pessoas, tudo isto está se tornando um fato corriqueiro: uma mulher estuprada na maca, dando à luz uma criança, um negro foi agredido, foi esganado na portaria de um hotel por causa da cor de sua pele, tudo isso está se tornando banal, corriqueiro, normal neste País maravilhoso que é o Brasil.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado, Vossa Excelência dispõe de dois minutos para concluir seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Em Mato Grosso do Sul, um indígena também foi assassinado pelas forças do estado. Ele tinha nome, sabiam? Era

o Vitor Fernandes. Ele foi enterrado, não se fala mais nisso, até que a sua morte caia no esquecimento. Sabem qual é o problema? É que se trata de um pobre, de um pé-rapado, de um índio, que por essas terras valem menos do que uma cabeça de gado. Para finalizar, senhor presidente, Marcelo Arruda deixou a esposa e quatro filhos, entre eles uma menina de seis anos e um bebê de um mês. Marcelo deixou uma nação assustada e preocupada com o que ainda pode acontecer. Deixou em nossas mãos a responsabilidade de combatermos o ódio com amor, de combatermos a intolerância com o respeito e de combatermos a violência com a paz. Que a sua morte não seja em vão. Deputado Coronel David, Vossa Excelência tem um aparte.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência tem quarenta e cinco segundos, nobre deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não posso fazer nada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não tem problema, eu falo nos quarenta e cinco segundos. Não tem problema.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Por favor.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Senhor Presidente, abre uma exceção para o debate.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Concedido o aparte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Agradeço o aparte, deputado Pedro Kemp. Quero dizer que hoje, quando vi o senhor lendo, falei assim: o deputado Pedro Kemp, hoje, vai se limitar realmente ao texto bonito que ele fez e não vai perder a paciência, como o senhor demonstrou aí.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor que me fez perder a paciência!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não, pelo contrário! Peço perdão a Vossa Excelência se eu, em algum momento, tirei-lhe o raciocínio necessário para que o senhor pudesse fazer o pronunciamento. Gostaria de falar o seguinte: o que nos une, deputado Pedro Kemp, em tudo isso que o senhor falou, nos vários relatos que o senhor fez, é a indignação que atinge não só a sua corrente política, mas também a nossa. Acho que isso que nos une, é o que nos difere também, porque da forma como o senhor falou, o senhor esqueceu o que aconteceu em 2018. Eu tenho aqui, no meu telefone, uma matéria de uma pessoa que foi morta e torturada em 2018 — e vou passar o link da matéria para o senhor — por se mostrar eleitora do Bolsonaro.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deve ser repudiado isso aí!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — É! Mas aconteceu, deputado.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não conheço esse fato.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Como também aconteceu a facada no presidente. O senhor me permite?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Essa facada está muito mal explicada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A facada que vocês desconsideraram e até dizem que ela realmente não aconteceu.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — E que vocês falam que foi um membro da esquerda.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — E esse é o grande problema.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O que é uma mentira.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Isso é o que nos difere. Nós odiamos violência. Nós combatemos isso, tanto que é este o governo que já abaixou, reduziu em mais de 25% as ocorrências de homicídios no País. É um governo comprometido com a vida, ao contrário do que o senhor está falando. É um governo que não dá anistia para sequestrador. É um governo que não mantém nenhum tipo de relato cabuloso com o PCC. É um governo que não mantém relações com o crime organizado...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Ah, pelo amor de Deus! Não! Isso aí é muito baixo, viu? Isso é baixo demais. Isso é mentira.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Pedro Kemp, o senhor não está sendo democrático.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não! Fake news aqui, não.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Ah, eu que estou fazendo fake news...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Fake news aqui, não! Porque ninguém aqui é...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Eu que estou fazendo fake news?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O PT é ligado ao PCC?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, ele me concedeu o aparte e ele, de forma antidemocrática, não me deixa falar.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Como o senhor fez comigo.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Não, eu deixei o senhor falar.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Falar fake news? Agora o PT está ligado ao PCC? Pelo amor de Deus!

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sabe o que acontece...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu não vou... Eu não vou falar...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Já está vencido. Já virou bate-papo, mas eu gostaria de... Temos uma Sessão para tocar.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Só para terminar aqui, em grande estilo, deputado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Correa - PSDB) — Mas em grande estilo Vossa Excelência já usou o...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, então, senhor presidente.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Grande estilo?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não, pela ordem. Já encerrou essa discussão, não é...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem. Já encerrou. Só quero dizer, deputado Paulo Corrêa, presidente desta Casa, que nós também lamentamos o ocorrido no Paraná e não poderia ser diferente, mas o deputado Pedro Kemp...

PRESIDENTE (deputado Paulo Correa - PSDB) — Está aberto o som do deputado Zé Teixeira, por favor.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vai por esse caminho, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O deputado Pedro Kemp criticou a questão do decreto das armas, mas só lembrar que os dois — que se envolveram nessa ocorrência no Paraná — eram funcionários públicos e dotados de porte de arma institucional. Então, foi por isso que aconteceu e essa questão, deputado Pedro Kemp, se me permite dizer, tem que ser combatida não só pela direita, mas também pela esquerda e o debate na política tem que ser transparente, democrático e que vença o melhor. Eu não tenho dúvida de que o presidente Bolsonaro vai vencer novamente.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Esse é o caminho, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Muito obrigado, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para encerrar, senhor presidente, vou convidar o deputado Coronel David para que nós possamos nos unir, deputado, no combate aos extremismos, à violência, à intolerância, para termos uma eleição democrática com um debate pacífico, harmonioso...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — O senhor tem um parceiro nisso.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Convido Vossa Excelência para isso. E antes de terminar, senhor presidente, eu quero reivindicar que, após o recesso, possamos ter de volta a sessão na sua integralidade de acordo com o nosso Regimento, porque aqui é o espaço do debate, da discussão política, da votação de projetos e é dever de todos nós estarmos aqui fazendo e cumprindo com a nossa obrigação. Obrigado.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Herculano Borges.

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Só algo que eu queria falar sobre essa discussão e gostaria que o deputado Coronel David, se possível, ouvisse também. Ontem, saiu uma matéria falando sobre o ex-presidente Lula — porque hoje foi falado aqui na tribuna que nós temos que combater o ódio com amor e eu acho que deve ser também do lado do ex-presidente Lula — que celebrou um apoiador do PT, ex-vereador Manuel Eduardo Marinho, o Maninho do PT, por ter empurrado o empresário Carlos Alberto Bettoni em um caminhão. Ele teve traumatismo craniano e ontem o presidente Lula, em Diadema, celebrou e agradeceu o rapaz que empurrou o outro. Então isso deve ser dos dois lados também. Esse amor também deve ser dos dois lados. É isso que eu queria registrar neste momento.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Capitão Contar.

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Senhor presidente, apenas para registrar, já que o deputado Pedro Kemp citou a instituição a que pertencem... Deputado, é questão de ordem. O senhor citou uma instituição a que eu pertencem. O senhor desrespeitou...



DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Eu vou pela questão de ordem também.

DEPUTADO CAPITAO CONTAR (PRTB) — O senhor desrespeitou o Exército Brasileiro, uma instituição que tem a maior credibilidade nacional e o trabalho que está fazendo frente às eleições é para garantir a democracia. Essa mesma democracia que o senhor está dizendo aqui para que não haja fraude nas eleições...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Quando que houve fraudes nas urnas? Quando?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — A História vai mostrar, deputado.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — A História vai mostrar! Ah!

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Gostaria de começar a Ordem do Dia. Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em redação final. Projeto de lei nº 144/2022. Autor: deputado Evander Vendramini. “Denomina ‘Silvio Sanches Melhado’ a MS-438, do entroncamento da rodovia BR-060, localizado no município de Camapuã, ao entroncamento da MS-351, no município de Ribas do Rio Pardo”. A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de lei nº 144/2022, de autoria do deputado Evander Vendramini.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim, presidente, e agradeço os votos dos pares.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Felipe Orro? Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — São dezoito favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Emenda Constitucional nº 01/2022. Autor: deputado Paulo Duarte e outros. “Prevê o direito à licença-maternidade para ocupantes de cargo eletivo na Assembleia Legislativa”. A Comissão Especial de Reforma Constitucional emitiu parecer favorável,



por maioria, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator Deputado Pedro Kemp. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Emenda Constitucional nº 01/2022, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Parabenizo o deputado Paulo Duarte e que isso ecoe nas nossas câmaras de vereadores, para que as vereadoras possam ter esse direito e, também, para que as prefeitas possam ter esse direito. Então, que isso possa servir de exemplo e que as câmaras municipais apresentem esse projeto em seus municípios, dando esse direito às vereadoras no Legislativo municipal. Parabéns, Paulo, entendo que teremos outras deputadas aqui... Eu já não estou mais com idade de engravidar, embora se eu quisesse, poderia; porque, hoje, temos várias formas... Mas é importante que as outras mulheres que passarem por esta Casa tenham a garantia desse direito à licença-maternidade. É só isso, presidente. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Primeiro, discordo, com todo respeito, da minha querida amiga, deputada Mara Caseiro. Com certeza, a decisão é dela, mas está em tempo também de usufruir desta lei que está prestes a ser aprovada. Senhor Presidente, agradeço os votos e vou preparar um documento — se os deputados e a deputada Mara quiserem assinar — justamente para encaminhar às prefeituras e às câmaras sugestões para que tomem atitude semelhante, concedendo licença-maternidade às prefeitas e às vereadoras. Isso é importante para que tenhamos, de fato, essa tão falada igualdade entre os sexos. Muito obrigado pelos votos dos deputados e da deputada Mara Caseiro.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Peço licença aos senhores deputados, porque gostaria de votar. Voto sim, também, deputado Paulo Duarte. Encerrada a votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges – Republicanos) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 178/2022. Autor: deputado Antonio Vaz. "Institui a Semana de Incentivo à Participação do Jovem no Processo Eleitoral". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo



como relator o deputado Evander Vendramini. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 178/2022, de autoria do deputado Antonio Vaz.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro? Como vota o deputado Herculano Borges?



DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 187/2022. Autora: deputada Mara Caseiro. "Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, o 'Dia Estadual de Valorização do Patrimônio Cultural Sul-Mato-Grossense'". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 187/2022, de autoria da deputada Mara Caseiro.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-Secretário — deputado Zé Teixeira (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Herculano Borges (Republicanos).

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Gerson Claro? Como vota o deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lídio Lopes?

DEPUTADO LÍDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente. Primeiro, quero agradecer os votos favoráveis, alguns vetos não é? Criamos o Dia Estadual de Valorização do Patrimônio Cultural Sul-Mato-Grossense, como sendo dia 17 de agosto, e sabemos da importância, hoje, de valorizarmos os nossos patrimônios culturais, sejam eles materiais ou imateriais, da importância de nós valorizarmos e também incentivarmos as pessoas a conhecerem mais a nossa cultura, a nossa identidade cultural, porque a partir daí poderemos ter várias mobilizações, nesse dia 17 de agosto, para que possamos trazer seminários, palestras sobre a importância do patrimônio cultural, material e imaterial sul-mato-grossense. Agradeço aos pares pelo voto favorável e voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marçal Filho?



DEPUTADO MARÇAL FILHO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em tempo. Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em tempo. Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Herculano Borges - Republicanos) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Dois requerimentos, dezoito indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 6. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Herculano Borges, em razão do falecimento do Senhor Agenor Leite Bueno. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do Senhor Aldo Martins Agüero. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do Senhor Amadeu Cabreira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, proposta pelo Deputado Lídio Lopes, em razão do falecimento da Senhora Joliamar Natalina Milane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Antes de encerrar o expediente, quero consultar o Plenário. Nós temos um projeto de lei, em pauta amanhã, que vai ser votado em primeira votação, que é o projeto que concede a possibilidade de o governo fazer parceria público-privada com relação ao porto de Porto Murtinho. Então, será em primeira votação amanhã e eu gostaria de solicitar a aprovação simples, aqui no Plenário, para podermos votar em segunda. Podendo votar em segunda, nós não precisaremos fazer a sessão de quinta-feira, procedendo ao recesso feito aqui na nossa Casa. Então, consulto os senhores deputados presentes sobre essa possibilidade. De acordo, deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — De acordo, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — De acordo, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA (PP) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Capitão Contar?

DEPUTADO CAPITÃO CONTAR (PRTB) — De acordo, desde que tenhamos acesso a toda documentação pertinente. OK, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente, vai ser enviado aos senhores, logo após a Sessão. De acordo, deputado Coronel David?



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI (PP) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO (PP) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES (Republicanos) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Londres Machado? Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Marçal Filho? De acordo, deputado Marcio Fernandes? De acordo, deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Paulo Duarte?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — De acordo.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — De acordo, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) – De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — De acordo, deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — De acordo.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado desta consulta para ficar registrado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO — Senhor presidente, dezessete posicionamentos favoráveis e nenhum contrário; portanto, todos os deputados participantes foram a favor.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vamos votar, amanhã, o último projeto pautado que versa sobre a possibilidade da venda do porto de Porto Murtinho, em primeira, e, na sequência, uma Sessão Extraordinária, em segunda, e fica, então, já declarado o recesso da nossa Casa. Encerrado o Grande Expediente. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Está inscrito o deputado Barbosinha. Só Vossa Excelência está inscrito. Vossa Excelência disporá de dez minutos, nobre deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA (PP – sem revisão do orador) — Eu agradeço, presidente. Saúdo todos os colegas parlamentares, deputada Mara Caseiro, amigos e amigas que acompanham a nossa Sessão pela TV Assembleia, pela Rádio Assembleia e pelas redes sociais. O assunto, presidente, que quero trazer à tribuna nesta manhã, relaciona-se a judicialização da saúde e ao Tema nº 793, deputado Pedro Kemp, do Supremo Tribunal Federal. O que é esse Tema nº 793? Ele trata das questões atinentes à judicialização da saúde e destaca, nessa decisão, que os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas gestacionais na área da saúde. Diante dos critérios constitucionais da descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial, no caso, ao juiz, direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competência e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro. De acordo com essa tese firmada pelo Supremo Tribunal Federal, União, estados, distrito federal e municípios podem ser demandados em ações que pleiteiem prestações na área da saúde; contudo, o ente legalmente obrigado ao custeio da prestação deve estar, necessariamente, no polo passivo e, prioritariamente, arcar com o custeio do tratamento ou não. Não o fazendo, poderá ser condenado ao reembolso. É aqui,

deputado Paulo Corrêa, que inicia o problema. Antes, uma pessoa, por exemplo, um paciente em estado grave de câncer — e nós sabemos que um caso dessa natureza, deputado Antonio Vaz, uma semana, ou um mês, pode ser vital para a sobrevivência daquele paciente —, as partes escolhiam, por exemplo, normalmente entravam com uma ação contra o município ou contra o estado, porque são os entes mais próximos, na Justiça Estadual. E o que essa decisão do Supremo Tribunal Federal fez, Deputado Pedro Kemp? Havendo necessidade, ou dúvida, com relação à inclusão da União no polo passivo, cabe ao juiz de direito encaminhar o processo para o juiz federal promover tal análise. Então, mesmo naqueles casos em que não está claro que o papel do pagamento daquele medicamento é da União, na dúvida, o juiz deve remeter os autos para a Justiça Federal. E aí começa o calvário. Na Justiça Federal, nós sabemos que, pelo número imenso, os processos não caminham, temos uma dificuldade imensa na Defensoria Pública da União. Há uma recomendação para a celebração de convênios entre as defensorias públicas estaduais com a Defensoria Pública da União; mas, esse convênio não foi firmado. Essa preocupação bate forte principalmente da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul, que é a Defensoria Pública Estadual, que é uma defensoria muito ativa na defesa dos hipossuficientes notadamente na questão da saúde. O que acontece? Remetem-se os autos para a Justiça Federal, na qual os defensores públicos estaduais não podem atuar. Diante da inexistência dos convênios, deputado Paulo Corrêa, entre a Defensoria Pública Estadual e a Defensoria Pública Federal, esses pacientes ficam, deputado Pedro Kemp, a mercê do sistema jurídico que é extremamente travado. Temos, por exemplo, aqueles medicamentos que não estão incluídos nas políticas públicas do SUS, esse Tema nº 793 indica que a União deve, necessariamente, compor o polo passivo, porque nós sabemos da modernização da questão do tratamento do câncer, em que normalmente os medicamentos que melhor surtem resultados não estão incluídos nas políticas do SUS. Antes, as pessoas ingressavam na Justiça Estadual, conseguiam uma liminar, o estado ou o município bancava esse medicamento e depois entrava com um pedido de ressarcimento na União. Agora não, segundo o Tema nº 793, necessariamente, a união deve integrar o polo passivo. Aí, deputado Paulo Corrêa, estou vendo que me resta um minuto para fazer as minhas conclusões, mas é um tema do qual precisamos nos envolver, porque envolve vidas e envolve saúde. Nós precisamos sensibilizar a Defensoria Pública da União para se integrar à Defensoria Pública Estadual por meio de celebração de convênios para que, nesses casos, a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul possa atuar em defesa da vida, em defesa desses pacientes. A doutora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira está muito preocupada, sei que ela está intervindo, inclusive, junto ao Supremo Tribunal Federal, trabalhando na questão da formalização desses convênios, mas, deputado Amarildo Cruz, enquanto não existe o convênio, os nossos pacientes estão jogados à própria sorte. Os processos da Justiça Federal, infelizmente, caminham de forma muito lenta e quando chegam os medicamentos, ou a autorização, às vezes o paciente já sucumbiu ou o estado da saúde dele já está em um ponto que não tem mais reversão. Então é essa, Senhor Presidente, a manifestação que eu queria trazer nesta manhã, no que tange à judicialização da saúde e ao Tema nº 793, do Supremo Tribunal Federal, que demanda uma atenção da bancada estadual e também da nossa bancada federal. Era isso, eu agradeço pela oportunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço muito, deputado Barbosinha, mas eu recebi aqui, peço desculpas aos senhores deputados, a lista das Explicações Pessoais. Na sequência, encontra-se inscrito nas Explicações Pessoais o deputado João Henrique. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Transferida. Deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor Presidente, vou usar da palavra.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK, deputado. Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Primeiro, senhor presidente, quero agradecer-lo pelo espaço que Vossa Excelência nos concedeu, ontem, para comemorar os cinquenta anos de existência da Igreja Assembleia de Deus de Mato Grosso do Sul. O pastor-presidente, doutor Eliel de Alencar, solicitou-nos uma sessão solene e quero agradecer a toda equipe desta Casa, que nos deu todo suporte. Parabenizo o trabalho que esta instituição, que tem um trabalho social — não somente na questão eclesiástica — que, ao longo desses cinquenta anos, vem atendendo centenas e milhares de pessoas. Nossos agradecimentos. Quero aqui, senhor presidente, na mesma esteira dos colegas que nos antecederam... Espero que, realmente, tenhamos uma eleição com tranquilidade. Moramos em um País e o Estado Democrático de Direito tem que prevalecer, tenho pavor de radicalismo, tenho pavor de intolerância, independente de questões política, eclesiástica, filosófica, enfim... No Estado Democrático de Direito, é preciso que nós tenhamos um mínimo de civilidade, deputado Amarildo Cruz. É conviver com o contraditório. Ninguém é obrigado a votar em ninguém. Ninguém é obrigado a torcer pelo Corinthians, assim como ninguém é obrigado a torcer para o Palmeiras ou para o Flamengo. Isso nos entristece, quero aqui me solidarizar com as famílias enlutadas. Tenho, no meu coração, realmente, esse sentimento verdadeiro de um Estado humanitário, um Estado que na verdade respeite as pessoas, independente de seu credo religioso, independente da sua opção sexual, independente da sua condição financeira, independente de onde nasceu. Percebemos essa discriminação que existe contra o nordestino, contra a pessoa pela sua opção sexual, porque é índio, porque é negro, porque é gordo, porque é magro demais. Onde é que vamos parar com isso? É uma tristeza. Quero aqui deixar registrado meu sentimento de tristeza por tudo aquilo que temos visto nesses últimos dias. Espero que, realmente, toda classe política, independente das cores partidárias, venha trabalhar na perspectiva de fazer com que o sentimento da democracia seja realizado. Não podemos viver a barbárie em 2022, isso é inadmissível, é inconcebível, em uma cidade, em um estado, em um País que na verdade lutou muito para que nós pudéssemos ter a liberdade de expressar o nosso sentimento, de expressar as nossas convicções. Esse ato que aconteceu recentemente no estado do Paraná realmente chocou todos os homens e mulheres de bem, todos que são racionais. Isso nos chocou muito aqui e espero que tenhamos essa tranquilidade necessária, de contar até dez antes de falar, às vezes o que não deve, para que possamos, realmente, ter nessas eleições a democracia sendo exercitada em sua plenitude. Quero deixar esse registro. Por último, senhor presidente, quero encaminhar uma moção de

congratulação. Requeiro à Mesa, observada as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação à senhora Kassilene Carneiro Cardadeiro por organizar a “Primeira Maratona de Campo Grande/MS”, realizada no dia 10 de julho de 2022. A moção, senhor presidente, deverá ser redigida nos seguintes termos: “A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante dos anseios da sociedade, pela iniciativa do deputado Professor Rinaldo, congratula-se com a senhora Kassilene Carneiro Cardadeiro, por organizar a Primeira Maratona Campo Grande/MS, evento que mobilizou não somente atletas do nosso estado, mas de todo o nosso País”. É oportuno registrar, senhor presidente, e demais colegas, que Kassilene Carneiro é empresária no ramo do turismo e também organizadora da “Bonito 21 K — Ciclismo de Estrada”, evento realizado anualmente em Bonito, fomentando o esporte e o turismo no nosso estado. Apenas isso, senhor presidente. Era o que tinha para esta data. Muito obrigado, que Deus nos abençoe e que possamos viver em paz. Um grande abraço.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado Paulo Duarte. Transferida. Deputado Amarildo Cruz.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu só gostaria de saber se estou inscrita, senhor presidente. Se eu não estiver, gostaria...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não está inscrita, deputada, nas Explicações Pessoais.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Posso me inscrever agora, senhor presidente?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Claro, deputada!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ (PT) — Senhor presidente, colegas deputados e todos que acompanham a nossa Sessão... Eu, há mais de trinta anos, milito na política. Fui motivado, ainda muito jovem, a militar por ver na política um espaço e a necessidade de ter um debate para aprimorar e melhorar a vida das pessoas. Com dezoito anos de idade, comecei a militar e comecei em um partido político, único partido político em que milito até hoje, o Partido dos Trabalhadores, para defender meu ideal de sociedade e para defender minhas convicções. Sou de uma época em que pegamos o País ainda no processo de redemocratização e, durante todo esse período, vimos tudo que foi... Os efeitos de um período de governo de exceção, de autoritarismo, de violência, de truculência e que deixou marcas profundas na nossa sociedade. Uma das maiores consequências disso foi a organização da

sociedade, de uma maneira geral — os movimentos sociais organizados, os partidos políticos, as lideranças políticas, todos —, com vistas a lutar para que pudéssemos garantir a democracia em nosso País. O bem maior que conquistamos, ao longo dos últimos anos, garantiu-nos a organização em partidos políticos e garantiu-nos a liberdade de expressão, a possibilidade de fazer reuniões, o funcionamento do Parlamento como é isso que nós estamos fazendo neste momento e que é o bem maior que o homem conseguiu criar quando se organiza politicamente a sociedade não só do Brasil, mas de qualquer lugar do mundo. Quando se coloca a democracia em risco, isso é um fato que deve ser banido por todos aqueles que têm a compreensão do quanto esse bem é extremamente importante e do quanto que ele nos garante a vida em sociedade com liberdade; portanto, teria que ser defendido por todos os políticos, todos deveriam se manifestar, independente da sua predileção partidária. Assim deveriam agir também os cidadãos de uma maneira geral, não só políticos: empresários, comerciantes, trabalhadores e todos aqueles que sabem que é só no debate das ideias que se garante o avanço da sociedade com dignidade, com inclusão e com a busca da justiça. Quando se tenta impor autoritariamente e quando se tenta fazer com que o outro se cale para que prevaleça aquilo que eu acho, aí é a violência do autoritarismo, que muitas vezes se dá numa tentativa escusa de se impor e muitas vezes chega à raia da violência, como nós acabamos de ver nesse fato cruel desse assassinato cometido lá em Foz do Iguaçu. Com certeza, hoje, é debatido em todo o Brasil pela forma como aconteceu, deputado Pedro Kemp, a forma grotesca do assassinato, da eliminação do pensamento contraditório — daquilo que não é o meu pensamento —, o que vai ser da nossa sociedade se todo mundo se permitir a eliminar aquele que pensa contrariamente? Não é só na política, isso pode descambar para qualquer questão. “Ah, você torce pelo time que não é o meu, vou matar você”. “Você não é da minha religião, vou matar você”. “Você não é da minha cor, eu vou matar você”. “Você não é do meu país, vou matar você”. “Você não fala minha língua, vou matar você”. “Você não é do meu partido, vou matar você”. Meu Deus, não causa indignação? Para onde está caminhando nossa sociedade? Isso tem que ser rejeitado. “Ah, porque o PT... Porque o Celso Daniel, o Toninho...” Não estou aqui para defender, em primeiro lugar, violência de quem quer que seja, mas defendo também a justiça e a apuração correta. Não defendo mentira e nem fake news, não defendo que para justificar uma violência se argumente com mentira, porque aconteceram processos que são imputados, muitas vezes, a pessoas inocentes e que já foram apurados pela polícia, ou pela Justiça, e que não se chegou a lugar nenhum porque não têm o mínimo de veracidade. Isso mostra que, muitas vezes, para se combater, para se dar uma resposta a uma acusação clara de violência, que foi imputada a determinado segmento, busca-se uma mentira, uma fake news, e aí se alimenta... Principalmente aqueles que não gostam, muitas vezes, do partido “a” ou do partido “b”, dando a esses argumentos que, no fundo, eles sabem que é mentira; mas, para tentar explicar, para tentar responder, para tentar justificar o injustificável... Senhor presidente, eu estou no quarto mandato de deputado estadual. Vossa Excelência está no sétimo mandato como deputado estadual e o deputado Pedro Kemp está no quinto ou sexto mandato e há outros deputados que estão aqui que têm tantos mandatos quanto nós. Tivemos vários momentos em que debatemos, lembro-me dos embates do PT com o PMDB, do PT como PSDB, do PSDB com o PMDB e todos vinham para a tribuna para falar e discutir. Ao sair da tribuna, sentavam e se



cumprimentavam, porque a defesa das ideias não pressupõe que você tenha que violentar ou desrespeitar a outra pessoa que pensa diferente de você. Sempre fizemos isso e vou falar que nesses quatro mandatos... Duvido que seja diferente com o deputado Pedro Kemp, com o deputado Paulo Corrêa, com os que estão presentes aqui na Sessão e com os que nos acompanham, também aqui estão o deputado Barbosinha e a deputada Mara... Foi um ato de violência aqui quando vimos, em uma sessão, o deputado João Henrique descarregar uma arma para fazer um voto, por isso que nós entramos com o pedido para a Comissão de Ética analisar o comportamento do deputado. Sabem por quê? Eu nunca tinha visto isso aqui e isso barbariza o Parlamento. Somos referência e a sociedade está de olho em nosso comportamento e tem que ser repudiado, sim! Tem que ser questionado, porque nós não estamos aqui, depois de tanta luta para redemocratizar este País, para assistir a democracia ser colocada em risco e ficarmos inertes, quietos. Temos que ficar quietos, assistir a tudo isso e achar bonito? Assistir a isso que foi feito em Foz do Iguaçu e ninguém se manifestar? Foi repudiado por todo mundo e tem que ser repudiado, sim! Como que uma pessoa, comemorando o seu aniversário de cinquenta anos com a sua família, com os seus filhos... Entra uma pessoa que o cidadão não conhecia, não tinha visto o rosto sequer, a pessoa se incomodou porque o cara estava fazendo uma festa e o tema da festa era a candidatura do presidente Lula e o PT... Meu Deus do céu! Você está assistindo a um jogo do Flamengo na sua casa, porque eu sou corintiano, vou entrar e matar? Olha a barbárie que estamos vivendo. Presta atenção na gravidade destes fatos, para onde isso vai descambar? O que o Judiciário brasileiro e as autoridades estão fazendo com relação a isso? Já vou encerrar, senhor presidente. Você não sufoca o seu adversário de pensamento pela violência e a História mostra isso. Nenhum povo consegue viver sob a batuta do autoritarismo. A História está aí para mostrar isso. Se houver essa tentativa, obviamente que e as pessoas vão buscar se proteger. Eu vi, deputado Pedro Kemp, as manchetes em alguns órgãos de comunicação a respeito desse assassinato em Foz do Iguaçu falando em troca de tiros. Troca de tiros? O cidadão foi agredido em sua festa de aniversário, entrou um louco atirando nele e ele, para tentar se resguardar, reagiu em legítima defesa. Ele não trocou tiro com ninguém, ele tentou se defender, não conseguiu e morreu. E a manchete trata como troca de tiros, como se fosse uma rixa de duas pessoas, aliás, o "Gabinete do Ódio" já deu um jeito de, em seguida, colocar: "Não, aquilo não foi um crime político, eles já eram adversários que já se conheciam". Mentira! A mãe do assassino, ontem, no UOL: "Meu filho nunca viu esse sujeito, meu filho é vítima da intolerância política que ele mesmo estava praticando". O que matou também é vítima, porque está possuído por um discurso de ódio, porque está praticando ódio de uma maneira absurda que nem ele se dá conta da loucura que está fazendo. Se sobreviver, vai morrer na cadeia e vai ficar condenado pela sua própria história pelo resto da vida. Estamos destruindo vidas, tanto de quem agride quanto de quem é agredido, em nome do quê? Temos um processo democrático pela frente. Dia 2 de outubro, vamos resolver isso nas urnas, com a defesa de ideias do que cada um acha melhor para o Brasil, para a educação, para a saúde, para o transporte, para o salário, para a dignidade humana; mas com imposição e violência, nós não vamos para lugar nenhum. Desse jeito, só iremos criar uma página de sangue violenta, que vai envergonhar gerações e gerações em nosso País ainda pela frente. Espero que isso não aconteça e quero aqui fazer um apelo a todos os democratas, a todos os



democratas de plantão, que se manifestem e repudiem — eu não estou dizendo para defende “a” ou defender “b” — a violência, porque não é por meio da violência que vamos resolver as nossas diferenças. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Está encerrada a presente Sessão (10h52min).